

**CARTA
ARQUEOLÓGICA
DA SERRA
DO AÇOR
MATA DA MARGARAÇA
RIBEIRA DA MATA**

**SERVIÇO NACIONAL DE PARQUES, RESERVAS E
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - COIMBRA**

1992

ANTÓNIO A. DA CUNHA MARQUES

CARTA ARQUEOLÓGICA DA SERRA DO AÇOR
(MATA DA MARGARAÇA - RIBEIRA DA MATA)

I - INTRODUÇÃO : Condições e Objectivos

II - ASPECTOS DO TERRENO

2.1 - Localização

2.2 - Geomorfologia

III - LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO

3.1 - Metodologia

3.2 - Estações arqueológicas da Bacia Hidrográfica da Ribeira da Mata - Serra do Açor. Inventário arqueológico

3.3 - Conclusões

3.3.1 - Fixação do Homem na Bacia Hidrográfica da Ribeira da Mata - Serra do Açor

3.3.2 - Comunicações

3.3.3 - A Mineração

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS. PROPOSTAS

V - BIBLIOGRAFIA

VI - ANEXOS

I - Carta Arqueologica

II - Marco Miliário da Capela de N. Sr^a. das Neves

III - Carta Arqueológica - Domínio Romano

IV - Carta de Povoamento da Relva Velha - 1345

VII - FOTOGRAFIAS

I-INTRODUÇÃO

I - INTRODUÇÃO

Condições e Objectivos

A realização da Carta Arqueológica da Ribeira da Mata surge no âmbito da valorização cultural e científica da Paisagem Protegida da Serra do Açor - Mata da Margaraça. Com efeito, a compreensão de um determinado espaço geográfico passa pelo conhecimento das relações que existiram entre ele e o Homem. Enquanto agente transformador do meio que o circunda, a sua acção nem sempre foi determinante sobre a Natureza que em muitos casos resiste à domesticação que desde há milhares de anos o homem vem ensaiando, gerando uma cumplicidade, muito íntima, baseada na persistência humana e na experiência sobre um meio que obedece a um ritmo cíclico, que se reflecte no quotidiano do homem nesta região.

Ao optar por habitar espaços desta índole o homem tem de enfrentar uma enorme gama de adversidades. "A cultura das terras declivosas obriga a uma vigilância permanente: ainda assim as torrentes podem destruir, em poucos dias, o trabalho de muitos anos. Se o camponês deixa, depois de cada Inverno, de consolidar os socacos, estes desmoronam-se, a terra arável é levada pelas enxurradas, que em pouco tempo põem a nu a rocha dura e estéril" (RIBEIRO; 1991:21). Esta era a luta do Homem autóctone, ainda há poucos anos.

Quando iniciámos o trabalho partimos com a ideia de que a ocupação efectiva de uma área, tão inóspita, como esta Serra xistosa seria recente, resultando de uma situação de recurso, ante algum tipo de pressão demográfica. Embora pouco numerosos, os vestígios da presença do homem nesta região levam-nos até a alguns milhares de anos antes de Cristo. Começa então a obra que se encontra encostas acima.

O esforço humano deve ser preservado como símbolo da constituição de uma civilização; o homem responde ao meio, aprende com ele, emerge em relação a esse mesmo meio que o estimula, com o seu engenho, a sua força, a sua persistência, sempre para ir mais longe, mas mas não pode esquecer o passado, e muito menos desprezá-lo. Não. Isso não!?

Entendemos este nosso trabalho, como uma aproximação ao passado mais remoto do homem nesta região, seria oportuno pensar-se num outro para um passado mais recente. Esta é a nossa homenagem a todos aqueles que persistem em preservar a obra humana naquelas paragens, dedicando-lhe o seu esforço e a sua vida.

Resulta, pois, este trabalho, não só do nosso empenho, mas sobretudo do esforço de, talvez, milhões de homens que, por estas paragens, foram humanizando este espaço. Resulta, ainda, do interesse da Delegação de Coimbra do S.N.P.R.C.N. Quero também agradecer à Eng^a. Florestal Cristina Daniel e ao geógrafo Dr. António Bento, companheiros na prospecção de campo, com os quais troquei informações necessárias à concretização deste trabalho. Agradeço ainda a toda a população que sempre nos recebeu de braços abertos, mostrando entusiasmo pelo trabalho que vinhamos realizando.

O opúsculo que ora apresentamos não pretende de forma alguma esgotar o assunto a que se propõe, como sabemos a Arqueologia e a História são como as demais ciências, todos os dias se descobrem coisas novas, que por vezes abalam toda uma construção cientificamente estabelecida. Assim, nada nos garante que amanhã não seja acidentalmente descoberta uma nova estação arqueológica, ou uma outra informação qualquer, que invalide aquilo a que se chama interpretação histórica.

Começaremos, então, por integrar o trabalho no espaço - Bacia Hidrográfica da Ribeira da Mata; descrevê-lo quanto ao seu aspecto, à sua geografia, indispensável ao conhecimento da História. Apresentaremos de seguida as estações arqueológicas, os vestígios mais remotos do homem, nesse mesmo espaço, para em seguida proceder à interpretação histórica, isto é, extrair das informações recolhidas algumas considerações, aventando algumas ideias para que esse passado não seja esquecido, mas sim lembrado e valorizado.

II - ASPECTOS DO TERRENO

2.1 - Localização

Localizada no distrito de Coimbra, concelho de Arganil, a área em estudo reparte-se pelas freguesias de Coja, Cerdeira, Benfeita e Moura da Serra, dividindo-se pelas folhas n.ºs. 232, 233, 243 e 244 da Carta Militar Portuguesa 1:25 000, de 1946.

"Este lugar e freguesia não (tem) Rio, mas sim huma Ribeira e o seu nome he a Ribeira da Mata por este ter o seu nascimento na Mata da Margaraça da qual Mata he Senhor o Bispo de Coimbra e he muito abundante de madeyras de castanho". Assim começa a informação paroquial, de 1758, a respeito da Benfeita (MATHIAS, 1940 a).

Situada no complexo geográfico da Cordilheira Central (Lautensach in RIBEIRO et alii;1987: 149-151), a Bacia Hidrográfica da Ribeira da Mata resulta da intersecção de 3636 linhas de água, ocupando uma área de 42,76 Km² (LOURENÇO; 1989:55 e qd.VII) que se divide numa zona baixa de vale, onde se forma a Ribeira que em Coja se junta ao Rio Alva, e numa zona de encosta, mais extensa, cuja altitude máxima é alcançada no Picoto - 1012 m.

Os limites da bacia hidrográfica foram estabelecidos pela linha de cumeada que circunda o vale, conferindo-lhe o aspecto de uma concha que se estreita para Norte, abarcando todas as linhas de água que, pelas encostas abaixo, correm para o vale, onde engrossam o caudal da Ribeira da Mata (vide anexo I)

2.2 - Geomorfologia

Como já salientámos, a geografia do terreno é um factor condicionante, se não for mesmo o mais importante, na fixação do homem num determinado espaço. Ao fixar-se, o homem compromete-se com esse mesmo espaço, procura conhecê-lo, para melhor responder aos desafios que este lhe coloca e melhor explorar o que de bom ele possa ter, caso contrário jamais o teria escolhido. Mas é o tempo que lhe completa esse conhecimento, que, após o trabalho de várias gerações, torna um solo tão inóspito, como o das encostas, rentável. Mas então quais são as características desta bacia? Porque o homem a procurou logo na pré-história recente?

Se, como já referimos, a Serra do Açor se localiza na Cordilheira Central, esta por sua vez enquadra-se num complexo geomorfológico ainda muito maior - o Maciço Antigo, constituído por rochas sedimentares, eruptivas e metamórficas anteriores à era secundária (RIBEIRO, 1987:167) que, sendo a maior unidade estrutural do território nacional, cobre as áreas de granito e xisto. É neste último caso que se encontra a nossa Serra, e portanto a Bacia da Ribeira da Mata.

Com efeito, o relevo em que se encaixa a ribeira pertence ao Complexo Xisto-Grauváquico ante-Ordovícico (LOURENÇO; 1989:15. DAVEAU; 1985:52), o que evidentemente confere à sua bacia certas particularidades.

Em primeiro lugar o relevo é bastante irregular, o que multiplica o número de cursos de água, pois o xisto é, em relação ao granito, uma rocha muito mais vulnerável à erosão, o que se poderá constatar na existência de isoladas cristas quartzíticas, mais resistentes. Por outro lado o solo de xistos argilosos, como é o caso, é bastante impermeável e portanto, "a rocha parte-se e esfolheia-se, reduz-se a fragmentos ínfimos evacuados pela escorrência difusa e pelo escoamento torrencial" (RIBEIRO *et alii*; 1987:174) tornando a agricultura de encosta bastante difícil e trabalhosa, permitindo que o homem construísse autênticas obras de engenharia (foto 1-6). A existência de escarpas de falhas, como a de Fraga da Pena e outras, dever-se-ão a ocorrências de origem tectónicas.

Posto isto temos um curso de água maior, que recolhe a água que escorre pelos múltiplos outros que a canalizam pelas encostas, transportando consigo vários tipos de substâncias que se depositam no vale onde corre: grãos de areia, argila, minerais, calhaus de xisto, quartzitos, sementes, etc. (LOURENÇO; 1989:21). Aqui a agricultura é mais viável, os solos são firmes e ricos em nutrientes orgânicos.

No séc. XIX, Baltazar da Silva Lisboa, a mando do Bispo de Coimbra, fez uma cuidadosa descrição geológica e naturalista da Ribeira e cercanias, afirmando que ela ainda possuía, entre os depósitos que transportava, algumas "fagulhas de oiro" SILVA LISBOA; mansc.: fs 6-8); mas foram sem dúvida, os sedimentos transportados pelo rio Alva que, talvez na época romana, atraíram, em força, o homem para estas paragens, pois entre as substâncias que o rio depositava ao longo de milhões de anos nas suas margens, encontrava-se ouro, a exploração destes depósitos fluviais foi sem dúvida a primeira grande alteração paisagística do homem neste meio, mas retomaremos este assunto mais adiante.

Como se viu é possível individualizar esta pequena parcela de território, ela encerra condições próprias e específicas, que, sob a acção do homem enquanto agente transformador da realidade que o circunda, será adaptada às exigências desse mesmo homem, vivendo fases diferentes; acostuma-se às suas características geomorfológicas, aprende a geri-las, a obter delas o máximo rendimento, correndo os riscos que todos nós, hoje em dia, sabemos que se correm.

"O homem é um factor de fisionomia dos lugares, que a sua presença anima e as suas obras materiais carregam de nova expressão. Estas marcas constituem, por toda a parte, a sua maneira de fixar-se na terra: elas são tanto mais vincadas quanto maior for a população que se aplique a inscrevê-las" (RIBEIRO *et alii*; 1989:731).

III - LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO

3.1 – Metodologia

Ao iniciarmos um trabalho desta natureza é necessário, antes de mais, ter em conta determinados preceitos que o vão reger e orientar, definir o método através do qual ele vai ganhar corpo. Não é, portanto, descabido elaborar uma breve resenha acerca dos processos utilizados com vista à prossecução desta investigação.

Em 1988 Ian Hooder definiu Arqueologia Espacial "... as the study of human relation ship in space through their material remains." (HOODER; 1988:9); foi esta a orientação que seguimos para a concretização deste levantamento arqueológico, como referimos a arqueologia não se pode isolar do espaço em que o seu objecto - o Homem se desenvolve, é neste sentido que o conhecimento e o contacto directo com o terreno se torna essencial. A prospecção de campo é para o arqueólogo o mesmo que o laboratório para o cientista, sobretudo no caso de trabalhos como estes que visam principalmente a obtenção de informações quantitativas que não só permitem uma inventariação do número de estações arqueológicas existentes, como proporciona uma óptima base de dados para outro tipo de investigação que, então sim, aprofundará o conhecimento qualitativo da Arqueologia, onde escavações e processos de detecção remota já são requeridos.

Concretamente foram 3 as grandes fases deste trabalho: uma primeira de gabinete em que se recolheram todas as informações disponíveis acerca da região (bibliografia, toponímia, geomorfologia, etc.); seguiu-se a prospecção de campo, visitando-se as estações conhecidas e inquirindo-se a população local; finalmente e, novamente no "gabinete", coligiram-se os elementos recolhidos com vista à elaboração do relatório final.

Começamos por reunir exaustivamente todas as informações bibliográficas, nomeadamente acerca da Arqueologia local, infelizmente pouco se escreveu a este respeito até à data. O conhecimento da toponímia e microtoponímia, importante para a detecção de pontos de interesse arqueológico, foi também nossa preocupação, mas o tratamento das informações recolhidas nos registos prediais além de moroso tem ainda um carácter experimentalista em Portugal, pois ainda não existem dicionários etimológicos com aplicação à toponímia, apenas estudos dispersos e isolados, além de que nem sempre é fácil encontrar os toponímios no terreno, pois muitas das vezes esses nomes já caíram no olvido popular (ALARCÃO; s.d:f.3, FRÉDERIC; 1980:57).

A observação da oro-hidrografia, através das folhas da Carta Militar Portuguesa 1:25.000 e da fotografia aérea permitiu definir áreas privilegiadas, fazendo-se, já na segunda fase, incidir sobre elas uma batida de campo mais sistemática. Infelizmente as condições do terreno e as recentes alterações paisagísticas não permitiram que a fotografia aérea desse os resultados que seriam de esperar, todavia este método foi empregado por Suzanne Daveau na detecção de alterações físicas ao longo do Alva, nomeadamente as provocadas pela exploração do ouro (DAVEAU; 1980).

Mas foi, sem sombra de dúvida, o contacto directo com o espaço geográfico em estudo que nos proporcionou informações novas, bem como o contacto com as suas gentes que, voluntariamente, nos indicavam os sítios e, por vezes, nos levavam até eles, fazendo com que esta fase fosse não apenas a mais cansativa, mas sobretudo a mais gratificante e, por isso mesmo, a mais aliciante.

3.2 – Estações Arqueológicas da Bacia Hidrográfica da Ribeira da Mata – Serra do Açor

Inventário arqueológico

BACIA HIDROGRÁFICA DA RIBEIRA DA MATA
- Levantamento Arqueológico -

Estação nº 1

NOME : Relvas

FREGUESIA : Coja CONCELHO : Arganil

LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA : Coja / Vale de Carro

C.M.P. nº 232 M : 212,4 1 : 25 000
P : 365,6 alt : 250

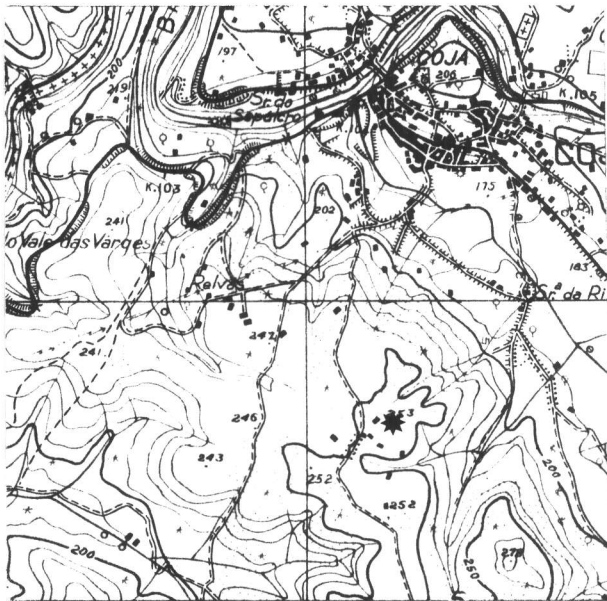
TIPO DE ESTAÇÃO : Achado avulso

CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL : Pré-História

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE : Muro de pedra bastante destruído, que separa terrenos agrícolas

ACESSOS :

ESTADO DE CONSERVAÇÃO : Desmoronado, em ruínas



BIBLIOGRAFIA : _____

SUGESTOES : _____

Ver fotografias nº 27 - 28
p.p. _____ Anexo _____

ESPÓLIO CONHECIDO OU ENCONTRADO : Mó manual - dormente, em granito

OBSERVAÇÕES : Achado avulso, retirado de entre as pedras que formavam o muro, foi, portanto, trazido de outro local para aqui, talvez não muito longe, o que poderá apontar para um povoado pré-Histórico (Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze ou mesmo do Ferro). O achado está depositado em Casa do Sr. Dr. Fernando Vale, em Coja.

BACIA HIDROGRÁFICA DA RIBEIRA DA MATA
- Levantamento Arqueológico -

Estação nº 2

NOME : Valeiro

FREGUESIA : Bemfeita

CONCELHO : Arganil

LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA : Sardal

C.M.P. nº 233

M : 216,1

1 : 25 000

P : 360,3

alt : 710

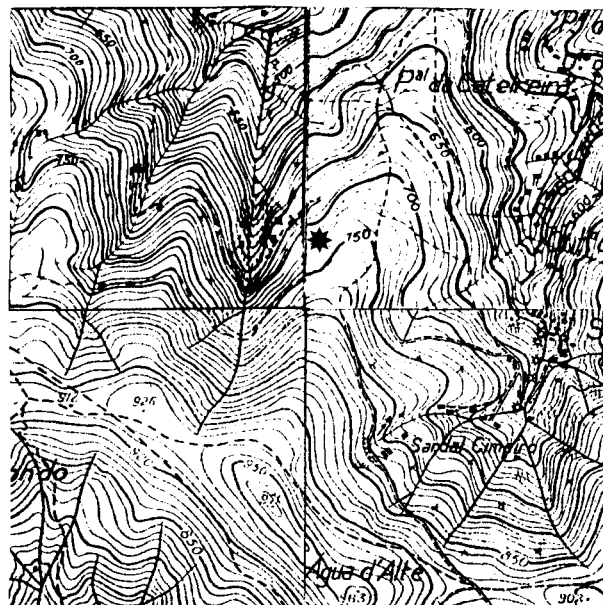
TIPO DE ESTAÇÃO : Gravura Rupestre

CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL : Bronze final - Idade do Ferro I

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE : Lage de xisto rodeada de carqueja e urze, numa encosta xistosa que dá para a Barroca do Vale / Carcavão.

ACESSOS : Pela estrada florestal que vem de Luadas para o Sardal, depois, só com guia.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO : Bastante sofrível, de ano para ano as figuras são menos visíveis.



BIBLIOGRAFIA :

SUGESTOES : Rápida protecção do monumento, até mesmo remoção e colocação num museu

Ver fotografias nº 25

p.p

Anexo

ESPÓLIO CONHECIDO OU ENCONTRADO : Gravura rupestre, picotada numa laje de um afloramento xistoso.

OBSERVAÇÕES : Esta gravura brevemente será sujeita a um estudo mais aprofundado.

BACIA HIDROGRÁFICA DA RIBEIRA DA MATA
- Levantamento Arqueológico -

Estação nº 3

NOME : Castelos

FREGUESIA : Coja

CONCELHO : Arganil

LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA : Senhora da Ribeira / Vale de Carro

C.M.P. nº 232

M : 365,2

1 : 25 000

P : 212,6

alt : 278

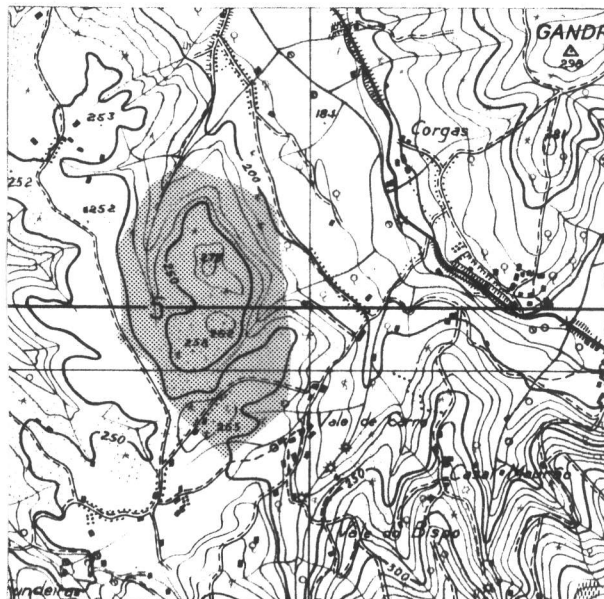
TIPO DE ESTAÇÃO : Revolvimento de terraços fluviais

CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL : Romano (?)

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE : Actualmente é um pinhal, com bastantes montes de seixos ("Moroiços"). Pratica-se agricultura; no lado NE são ainda visíveis duas frentes de exploração, no local onde elas se encontraram.

ACESSOS : Relativamente fáceis.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO : Completamente integrada na paisagem, coberta de vegetação.



BIBLIOGRAFIA : ALARCAO et alii; 1985 : 189. ALARCAO; 1987 : 69, no 4/355.
DAVEAU et alii; 1980.

SUGESTOES : Integração da estação num circuito pedonal. partindo do parque de campismo em Coja, sendo o local devidamente explicado no folheto do percurso. O local é aprazível do ponto de vista natural.

Ver fotografias nº 8 - 9

p.p

Anexo

ESPÓLIO CONHECIDO OU ENCONTRADO :

OBSERVAÇÕES : J. ALARCAO aponta como vestígios cerâmica doméstica e de construção e bases de coluna. No entanto ao visitar o local não detectámos nada, apenas constatámos a frequência de "moroicos". Vimos ainda aquilo que tudo indica ser o local onde se encontraram duas frentes de exploração.

BACIA HIDROGRÁFICA DA RIBEIRA DA MATA
- Levantamento Arqueológico -

- 11 -

Estação nº 4

NOME : Bemfeita

FREGUESIA : Bemfeita

CONCELHO : Arganil

LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA : Bemfeita

C.M.P. nº 233

M : 216,1

1 : 25 000

P : 362,3 alt : 360

TIPO DE ESTAÇÃO : Vestígios de ocupação - Casal agrícola

CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL : Romano (?)

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE : Perto do cemitério. Não detectámos o sítio, mas verificámos que é uma área agrícola, constantemente sujeita a trabalhos de remoção de terras, é natural que esses vestígios já tenham desaparecido.

ACESSOS : _____

ESTADO DE CONSERVAÇÃO : Destruída.



BIBLIOGRAFIA : ALARCAO; 1987 70, no 4/360; ALARCAO et alii; 1985 : 189, no 21.
MATHIAS; 1963 - 65. GORGES; 1979 : 455. ALARCAO et alii; 1960 - 61 : 303.

SUGESTÕES :

Ver fotografias nº

p.p

Anexo

ESPÓLIO CONHECIDO OU ENCONTRADO : Louça "fina", 1 peso de tear e 1 fonte de bi-
ca.

OBSERVAÇÕES : Estação incerta pois não se conhece o contexto destes achados,
nem eles são suficientemente elucidativos. Tratando-se de uma zona com aptidão
agrícola é natural que neste local tenha existido uma exploração rural, um ca-
sal.

Estação nº 5

NOME : Vale de Carro

FREGUESIA : Coja

CONCELHO : Arganil

LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA : Vale de Carro

C.M.P. nº 232

M : 213

1 : 25 000

P : 364,5

alt : 220

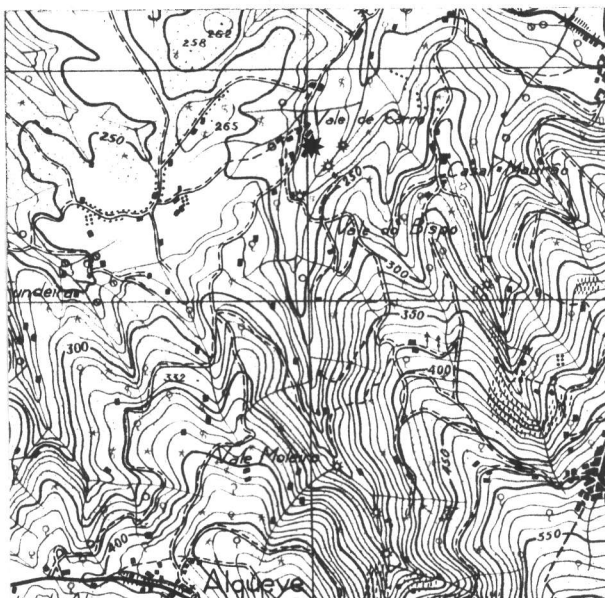
TIPO DE ESTAÇÃO : Vestígios de ocupação - Vila, Mantione (?)

CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL : Romano

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE : Zona agricultada, onde ainda se podem encontrar alguns fragmentos cerâmicos, inclusivé de tegula.

ACESSOS : Pela estrada que liga Vale de Carro a Alqueve.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO : Destruída.



BIBLIOGRAFIA : ALARCAO, 1987 : 69 - 70, no 4/355. ALARCAO et alii, 1985 : 189, no 17.

SUGESTOES : _____

Ver fotografias nº 22 - 23, 26, 29 - 30

p.p

Anexo

ESPÓLIO CONHECIDO OU ENCONTRADO : 2 bases de coluna, 1 em Coja na casa do Sr. João Cardoso (carteiro), outra em casa da Sra D. Etelvina Alves Cardoso. No local ainda existem fragmentos cerâmicos à superfície.

OBSERVAÇÕES : É provável que na época romana passasse por esta estação uma via que ligaria Coimbra a Bobadela (ALARCAO et alii, 1985 : 189).

Estação nº 7

NOME : Lomba dos Palheiros

FREGUESIA : Coja

CONCELHO : Arganil

LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA : Alqueve / Vale Moleiro

C.M.P. nº 232

M : 212,7

1 : 25 000

P : 363,9

alt : 320

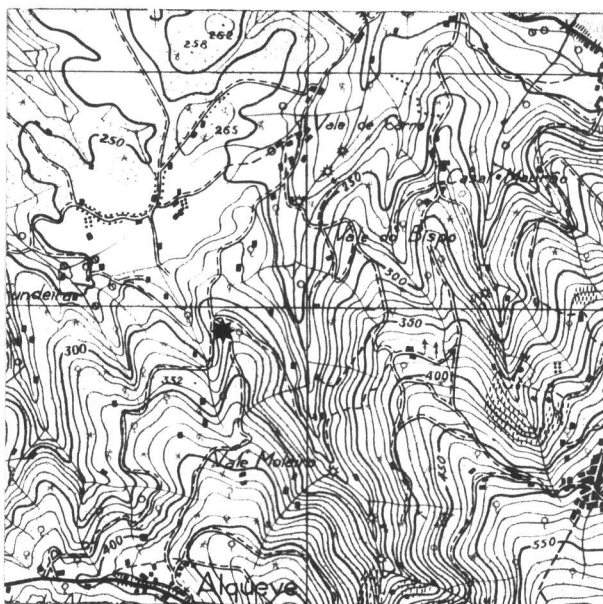
TIPO DE ESTAÇÃO : Vestígios de ocupação - Casal Villae, Mantione (?)

CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL : Romano

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE : Sobretudo terrenos agricultados. Há pouco tempo foi rasgada por uma estrada de terra batida. Tem uma grande dispersão de materiais à superfície - cerâmica grosseira e tegulae. Tem uma óptima implantação geográfica, a meia - encosta, domina o vale de Carro todo e ainda parte do Vale da Ribeira da Mata.

ACESSOS : Pela estrada indicada que segue de Vale de Carro para Alqueve, que tendo sido melhorada recentemente destruiu parte da estação.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO : Destruída.



BIBLIOGRAFIA : ALARCAO et alii, 1985 : p.189, no 16.

SUGESTOES : Informar a Câmara da necessidade de proteger esta estação; avisar os proprietários.

Ver fotografias nº 17 - 19

p.p

Anexo

ESPÓLIO CONHECIDO OU ENCONTRADO : Há notícia de por aqui se terem tirado "pedras de cantaria" e ainda um pote com moedas de prata. Existem bastantes fragmentos cerâmicos dispersos.

OBSERVAÇÕES : Nos volumes de Registos Prediais de Coja, com o nº 1305. Parece-me que esta estação é a mesma que Jorge Alarcão designa por Vale Moleiro onde refere a existência de pedras de cantaria; estivemos neste local, mas não encontramos vestígio algum.

BACIA HIDROGRÁFICA DA RIBEIRA DA MATA
- Levantamento Arqueológico -

Estação nº 8

NOME : Capela de Nossa Senhora da Ribeira

FREGUESIA : Coja

CONCELHO : Arganil

LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA : Coja

C.M.P. nº 232

M : 212,7

1 : 25 000

P : 365

alt : 180

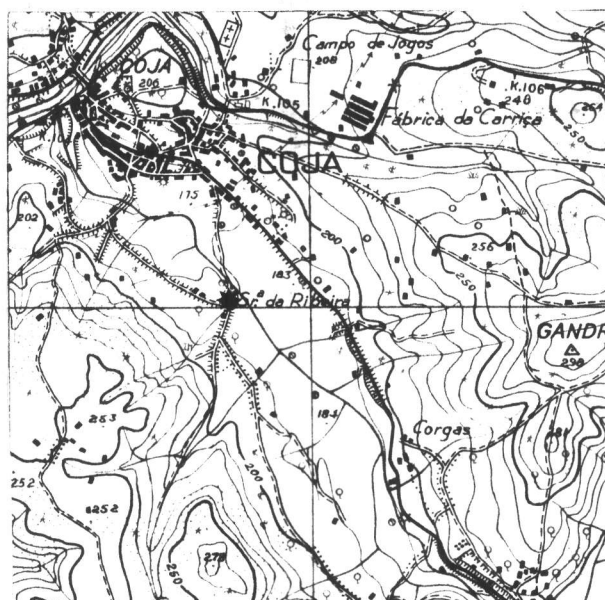
TIPO DE ESTAÇÃO : Local com material arqueológico inédito

CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL : Romano e Medieval

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE : Capela localizada já fora da Vila de Coja. Localiza-se no vale, junto à Ribeira da Mata.

ACESSOS : Por várias caminhos de terra batida.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO : Sofreu obras em 1967, data em que se encontrou a inscrição romana, e a cabeceira de sepultura medieval e vários fragmentos de azulejos hispano-árabes (Séc. XV / XVI).



BIBLIOGRAFIA : ANACLETO ; 1983 : 41. CORREIA ; 1952 : 14.

SUGESTOES : Sinalização do local num percurso pedonal partindo do Parque de Campismo.

Ver fotografias nº 24

p.p Anexo II

ESPÓLIO CONHECIDO OU ENCONTRADO : Inscrição romana - Marco Miliário do Séc. IV, de Teodósio (vide anexo II); cabeceira de sepultura medieval e Azulejos Hispano-Árabes.

OBSERVAÇÕES : Esta capela parece datar do Séc. XVI pois não só são dessa época a pia de água benta manuelina, um sacrário em pedra e uma estátua da Virgem com Menino, mas também os fragmentos de azulejos hispano-árabes recolhidos durante as obras de 1967, que hoje estão colocados num painel dentro da capela. Todavia, a cabeceira de sepultura pode indicar uma fundação anterior.

Estação nº 9

NOME : Cerdeira

FREGUESIA : Cerdeira

CONCELHO : Arganil

LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA : Cerdeira

C.M.P. nº 233

M : 216,8

1 : 25 000

P : 365,4

alt : 360

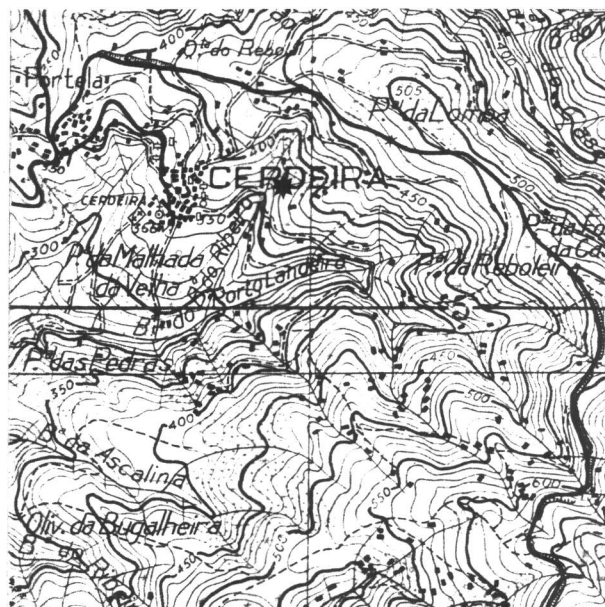
TIPO DE ESTAÇÃO : Achado avulso - Tesouro de lingotes de ouro

CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL : Romano / Medieval

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE : Junto ao fundo do Vale da Barroca do Ribeiro, precisa-
no local onde se inicia o vale. Actualmente cresce mais no local.

ACESSOS : Pelo caminho que vem da Cerdeira e passa junto ao lavadouro público.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO : _____



BIBLIOGRAFIA : ANACLETO ; 1983 : 46

SUGESTOES :

Ver fotografias nº 20 - 21

p.p

Anexo

ESPÓLIO CONHECIDO OU ENCONTRADO : Uma caixa de lage cheia de banas e bolas de ouro, quanto não se sabe, e o metal precioso foi logo arrecadado e vendido.

OBSERVAÇÕES : Este achado foi consequência de uma enxurrada na referida Ribeira que pôs então à vista a caixa do tesouro no local assinalado, há cerca de 30 anos. Esta informação, além de me ter sido transmitida por várias pessoas, mesmo em locais afastados, foi-me dada como se de uma confidência secreta se tratasse, é mesmo um assunto tabu. O caso teve inquérito judicial, mas os contemplados haviam fugido para o Brasil e actualmente são industriais na região de gião de Coimbra.

Regina Anacleto diz existirem vestígios de ocupação romana, no entanto não especifica a natureza desses "vestígios".

Estação nº 11

NOME : Coja / Paço

FREGUESIA : Coja

CONCELHO : Arganil

LOCALIDADE MAIS PRÓXIMA : Coja

C.M.P. nº 232

M : 212,1

1 : 25 000

P : 366,6 alt : 110

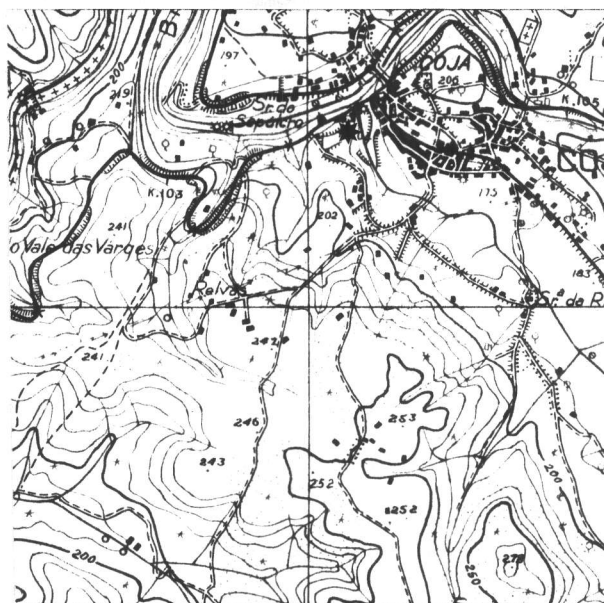
TIPO DE ESTAÇÃO : Edifício / Castelo Medieval

CLASSIFICAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL : Medieval

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE : O morro onde foi edificado está completamente destruído.

ACESSOS : _____

ESTADO DE CONSERVAÇÃO : Os únicos vestígios são apenas algumas pedras de cantaria, sobre as quais se construiu um muro.



BIBLIOGRAFIA : CORREIA ; 1952 : 13. ALMEIDA ; 1946 : 119. A COMARCA DE ARGANIL; 1952 : 3977. LARCHER ; 1935 : 193-201. SECCO ; 1853 : 46-47. LISBOA, s.d.:F. 6. MATOSO ; 1980 : 315-329. A.P.H. ; 1958 : 79-80, 117-118. ANACLETO ; 1983 : 38-39.

SUGESTOES :

Ver fotografias nº

p.p

Anexo

ESPÓLIO CONHECIDO OU ENCONTRADO : Conhece-se uma inscrição romana (C.I.L. 396) dedicada a Pietas trazida de Bobadela para o paço dos Bispos, mas cujo paradeiro actualmente se desconhece.

OBSERVAÇÕES : O Castelo terá sido destruído na sequência das lutas entre os partidários de D. Sancho II e D. Afonso III no início do Séc. XIII. Posteriormente foi edificado sobre as ruínas um Paço dos Senhores de Coja, Bispos de Coimbra, infelizmente também este foi desmontado, não restando nada dela, a não ser o topónimo Paço.

3.3 - CONCLUSÕES

Inventariadas e descritas as diferentes estações arqueológicas identificadas, urge, agora, interpretar os elementos recolhidos. Seriam inúmeros os aspectos sobre os quais poderíamos fazer incidir estas linhas; parece-nos que a fixação humana nesta região, relacionada com as condições geográficas, bem como as demais circunstâncias que o permitiram e atraíram, nomeadamente a riqueza mineira e os acessos, deverão merecer uma atenção mais demorada.

Sabemos que a geografia do terreno, a sua produtividade e a sua acessibilidade são factores estruturantes de uma qualquer paisagem humanizada. Numa área como esta, onde a orografia impõe um certo isolamento, é natural que em épocas mais remotas, o homem tivesse tendência a abandoná-la, dada a percaridade a que estava sujeito, a não ser que existissem centros urbanos que exercessem uma certa pressão demográfica, exigindo um maior aproveitamento dos recursos, ou que existisse um outro tipo atractivo, como foi o caso, da exploração mineira de ouro nos antigos depósitos fluviais na bacia hidrográfica do baixo Alva.

3.3.1 - FIXAÇÃO DO HOMEM NA BACIA HIDROGRÁFICA DA RIBEIRA DA MATA - SERRA DO AÇOR

Não se pode falar de fixação humana antes do Neolítico (c.IV milénio a.C.), altura em que o homem abandona uma economia recolectora, para, gradualmente, se tornar produtor. Descoberto o ciclo da vida, a agricultura, a pastorícia e a olaria, vão lançar as bases de uma economia nova que vai marcar profundamente o meio ambiente, só então o homem se sedentariza, edificando pequenos aglomerados populacionais, ainda que temporários.

É provável que, em épocas ainda mais longínquas, o homem, na sua constante procura de alimentos, tivesse atravessado, por várias vezes, esta região, rica em água, caça e produtos florestais, sem no entanto deixar vestígios, ou se os deixou, estes facilmente seriam varridos pelas frequentes enxurradas que ocorrem em locais com as características orográficas como as que aqui se registam.

Regina Anacleto refere a existência de vestígios eneolíticos na Cerdeira (ANACLETO; 1983:46), todavia não os especifica, nem nós recolhemos no local qualquer informação nesse sentido, pelo que optámos por excluir esta hipotética estação.

No inventário apresentado, são 2 as estações arqueológicas pré-históricas enumeradas, das quais, apenas a de Valeiro (est. nº 2) poderá constituir uma prova, segura, da presença do homem pré-histórico na região. Trata-se de uma lage com gravuras rupestres (fot.25), que poderá datar tanto do Calcolítico, como do Bronze, aliás a ocorrência deste tipo de arte rupestre é relativamente frequente na região, como a Pedra Letreira, em Álvares no concelho de Góis (NUNES *et alii*; 1959) e Pedra Riscada, perto de Cadefaz, também em Góis (ALARCÃO *et alii*; 1985: 184185, nº 13. NUNES, PEREIRA; 1974). Provavelmente este tipo de estação relacionar-se-á com a prática da pastorícia, pois, quanto a nós a agricultura, enquanto exploração sistemática e extensiva, só posteriormente terá sido introduzida, sendo então a zona frequentada por pastores, não se conhecendo nenhum povoado que a eles estivesse associado.

Na ficha nº 1 apresentamos uma mó de vai-e-vem (fots.27-28), que foi encontrada num muro, certamente deslocada de outro local para aqui, talvez não de muito longe, o que poderá constituir o indício de um povoado pré-histórico na região, que tanto poderá ser do Neolítico como do Bronze Final, ou mesmo da Idade do Ferro, quem sabe até talvez tenha pertencido ao espólio funerário de algum dólmen; como se vê são muitas as questões que um achado isolado pode colocar.

Já fora da bacia hidrográfica, existem outras estações pré-históricas, que, dada a sua proximidade, não devem deixar de ser referidas. Arganil onde há pouco tempo apareceram alguns machados de pedra polida, neolíticos (ALARCÃO *et alii*; 1985, 184, nº 10); Moinhos de Vento, Lomba do Canho, núcleo funerário megalítico, constituído por 2 dólmens, do Calcolítico/Bronze Inicial (SENNA-MARTINEZ, LUZ; 1983: 103-118. NUNES; 1957: 195-198. NUNES; 1981); Relvas, em Teixeira, um ídolo pré-histórico, cuja cronologia é discutível (NUNES; 1956), Moura da Serra, onde foi encontrado um depósito de 2 machados e 1 foice em bronze, do Bronze Final (NUNES; 1960. COFFYN; 1983: 172, 180, 190-193. COFFYN; 1985: 123, 200, 213, 220, 231, 239, 319, 390, 392 e 394) e ainda o machado de bronze de Covões, perto de Chãs de Égua no Piódão (ALARCÃO *et alii*; 1985: 184, nº 26).

Achados ocasionais e dispersos, que constituem apenas indício da utilização desta região pelo homem, mas não da sua fixação nele. A frequência de achados de Bronze poder-se-á ficar a dever, à riqueza em estanho na região, bem como ao secretismo que, então, envolvia o trabalho do metal, justificando os muitos depósitos/esconderijos que se encontram pelo país.

Da Idade do Ferro são ainda mais escassos os conhecimentos que se têm. J. Alarcão menciona, de forma lacónica, 2 povoados nesta área, Catraia ⁽¹⁾ e Castelo ⁽²⁾, sem no entanto referir a existência de qualquer tipo de vestígios (ALARCÃO *et alii*; 1985:187). Visitámos ambos os locais, nos quais nada encontrámos que confirmasse esta informação. Catraia corresponde a um pequeno aglomerado em ruínas, abandonado recentemente após um incêndio, na década de 70; Castelo (fot.5) a uma ilha artificial, talhada, provavelmente, em épocas bem recentes, com o intuito de desviar o curso da Ribeira e ganhar mais terrenos para a agricultura, a sua superfície é muito exígua e irregular, insuficiente para a edificação de um castro, que por mais pequeno que fosse, deixaria algum vestígio, constitui, todavia, um trabalho excepcional por parte do homem.

Já fora da área em estudo o mesmo autor localiza um outro castro, para o qual também não apresenta nenhum tipo de vestígios, em Colcorinho perto da Aldeia das Dez (ALARCÃO *et alii*; 1985: 187 nº 27) e também nos Covões estação já referida, diz ter existido um castro, mas, novamente, não adianta mais nada.

É, no entanto, bastante provável que tenha sido, ainda na Idade do Ferro, ou mesmo no Bronze Final, que a riqueza aurífera dos aluviões do Alva tenha obtido reconhecimento por parte de alguns exploradores que, isoladamente, retirariam algumas quantidades de ouro,

(1) No inventário apresentado pelo autor com o nº 22

(2) Com o nº 20

sendo usado pelas comunidades autóctones, ou mesmo comercializado com povos mediterrânicos, como os Fenícios, que, nos inícios do 1º milénio a.C. teriam um entreposto comercial em Santa Olaia, junto à Foz do Mondego (ROCHA; 1971: 1933), e provocaram já um certo furor na circulação de bens no interior beirão (Armando Coelho *in* ALARCÃO; 1990:269270). Mas relativamente à mineração, mais adiante voltaremos a retomar o assunto, para já, registamos a nossa ideia de que a mineração desta região constitui, à chegada dos romanos o grande factor para a fixação permanente do homem na área da Ribeira da Mata, isto se relacionarmos a exploração mineira, no Alva, com o acampamento romano da Lomba do Canho (FABIÃO; 1989:41-50. ALARCÃO; 1988:128).

Sobre a origem étnica dos povos que então frequentariam este espaço, convém, antes de mais, lembrar que esta é uma zona intermédia: entre uma área litoral, habitada na 2ª metade do I milénio a.C. pelos **Turdulos Veteres** de origem indo-europeia, que teriam vindo do Alentejo, onde já tinham contactado com uma civilização mediterraneizada, se é que isso se pode entender como um indício de prosperidade preconizada pelos Cónios; do outro lado, uma área montanhosa dominada pelos Lusitanos, acerca dos quais Estrabão diz viverem "durante dois terços do ano, de bolotas, que secam e trituram e depois moem para fazer pão, que conservam durante muito tempo" (*appud* Armando Coelho Silva *in* ALARCÃO; 1990:309), em que a pastorícia constitui a base da sua economia, embora também já praticassem a agricultura (*idem, ibidem*, pp. 312-313). Em ambos os casos, já existe um contacto com as grandes civilizações orientais, no primeiro por via marítima, e no segundo pelo interior, localizando-se este espaço numa zona de transição étnica, pelo não será correcto falar-se de um armamento proto-histórico.

Interessados na riqueza mineira da região, que não era só em ouro mas também em estanho, os romanos teriam então lançado uma série de infra-estruturas, como vias de comunicação e pólos regionais político administrativos que quebravam o isolamento da região, motivavam a sua ocupação pelo homem, garantindo, por outro lado, uma certa estabilidade e um controlo mais efectivo de tudo o que pudesse interferir com o dia-a-dia local.

Simultaneamente vem estimular o incremento da agricultura, bem como a edificação de habitações, que albergariam uma população de mineiros e alguns trabalhadores agrícolas, talvez de origem indígena, que satisfariam as necessidades locais.

O conhecimento actual das estações romanas (Anexo III), na bacia hidrográfica, não permite aventar grandes conclusões, uma vez que a sua cronologia é muito relativa, pois o

período romano abrange cerca de 600/700 anos. Por outro lado, é bem provável que as frequentes enxurradas tenham apagado muitos outros vestígios. Todavia poder-se-ão distinguir duas zonas distintas de ocupação, na área em causa: uma para o interior, na Benfeita (est. nº 4) e Cerdeira (est. nº 9), esta última um pouco incerta, provavelmente ligadas à exploração agrícola; e uma outra perto do Rio Alva que se liga directamente com a mineração, na Lomba dos Palheiros (est. nº 7), Coja (est. 6), Vale de Carro (est. nº 5) e Castelo (est. nº 3), ligadas sobretudo à exploração mineira e à via que atravessava a região.

É bem provável que a ocupação promovida, ou provocada, pelos romanos, na região tivesse atingido a zona da Mata da Margaraça. Com efeito, um documento medieval de 1345, mais concretamente uma carta de povoamento, refere uma "herdade que foi achada do tempo do mourisco", (MATHIAS; 1961: 19-13 Anexo IV) ora, é sabido que o uso da expressão "**tempo do mourisco**" tem um sentido temporal muito alargado, a memória histórica dos homens de então seria muito abreviada, não sendo por isso de estranhar que essa herdade viesse já da época romana, além de que é pouco provável que os muçulmanos tivessem interesse no povoamento de uma área tão montanhosa, o que, não seria necessariamente inédito, onde o domínio da região é periclitante entre os séculos IX - XII, tornando pouco viável um investimento de esforço e trabalho, como o que terrenos como estes exigem. Já durante a permanência árabe essa mesma herdade poderia ter continuado a produzir, tal como uma outra "que hi jaz arrota Stevão Calampo", mencionada no mesmo documento, no entanto esta poderá ter resultado de uma primeira tentativa de repovoamento da região logo nos sécs. XII - XIII (fots.14-16).

Antes da reconquista o último elemento histórico seguro encontrado é o marco miliário dos finais do séc. IV (est. nº 8, anexo II), época em que o poderio romano já está em decadência, mas que corresponde a uma época de prosperidade na província da Lusitânia, devendo esta inscrição resultar de uma renovação da via que atravessa a região, como mais adiante especificaremos, ou talvez a uma nova fase de aproveitamento das riquezas minerais, mas, como já referimos, faltam-nos mais elementos cronológicos sobre as estações romanas.

Do período que se segue pouco conhecemos, além de que no séc. V o território é ocupado pelos Suevos, que sitiaram Conimbriga em 465 (ALARCÃO; 1983:119), não sabemos qual a sorte da capital administrativa desta região, Bobadela, onde, no Baixo Império, parece ter existido uma **civitas** com alguma pujança que poderá ter, então, entrado num colapso vertiginoso, ao ponto de, hoje em dia, não passar de uma pequena aldeia, ao contrário do que sucede com a maior parte das outras cidades romanas, mas tudo o que se possa escrever a respeito deste centro regional é ainda prematuro, e aguarda a publicação dos trabalhos recentemente aí realizados.

Aos Suevos sucedem-se os Visigodos, cujo impacto sobre o **modus vivendi** das populações autóctones se desconhece, o mesmo se poderá afirmar a respeito do domínio árabe, que todavia deixou fortes marcas na toponímia local, como se pode constatar nos registos prediais: Almoinha, Alfobre; Alargue, etc. Aliás, o topónimo Alfobre, em Coja, que etimologicamente designa um viveiro onde se semeiam e crescem plantas até serem transplantadas, reporta-se a terrenos muito férteis, poderá por em causa a ideia de ermamento total desta região, mas também não nos devemos esquecer que muito do nosso vocabulário agrícola é de origem árabe e que, portanto, muitos destes topónimos poderem ser posteriores.

É após a reconquista cristã que quanto a nós o aproveitamento agrícola da região é substancialmente incrementado. Ter-se-ão então iniciado obras de verdadeira engenharia com o fim de aumentar a área cultivável, construindo-se durante a Baixa Idade Média e a Idade Moderna grandes muros de sustentação de terras, como os que se podem ver no Vale da Deguimbra (fot.6), aos quais se alia uma complicada rede de minas de água que terão então sido abertos, no que se pode mesmo considerar um extraordinário "trabalho de formiga", onde se vê claramente o esforço do homem no domínio da natureza, na sua incessante luta pela sobrevivência, locais como estes não podem ser desprezados e abandonados como actualmente acontece, devem ser preservados e valorizados.

Com efeito na Idade Média, o interesse pela ocupação do espaço é uma preocupação do poder central que vê nesta região a frente leste de protecção a Coimbra. Foi neste contexto que muito provavelmente foi erigido o castelo de Coja (est. nº 11) (ALMEIDA; 1946:117-120), hoje desaparecido. Tratar-se-ia, muito provavelmente, de uma pequena atalaia, tendo em conta a área que ocuparia.

José Mattoso (MATTOSO; 1980:315-329) é de opinião que toda a região entre a Serra da Estrela e a Serra da Lousã foi entre 1064 (conquista de Coimbra por Fernando Magno) e 1147 (conquista de Lisboa) fronteira. Tendo as características geográficas da região favorecido "a criação de núcleos de habitantes quase independentes" (idem:315) que se constituíam em "gangs" de salteadores e pastores.

A penetração de comunidades religiosas (ex: monges de Folques), e o interesse político do poder central pela região terão, gradualmente, alterado a situação; simultaneamente existiria um outro grupo de gentes que teima em trabalhar a terra, em mudar a paisagem, talvez fosse esse o caso de Estevão Calampo.

Estamos, então, perante uma zona que sobrevive fora da orbita de um poder efectivo e controlador, razão pela qual, muito provavelmente, D. Teresa doa, em 1122, o Castelo de Coja e todos os que se localizam entre as serras mencionadas a Fernão Peres de Trava, nobre galego, que com este gesto arrecada para si a defesa Oriental de Coimbra, assegurando algum tipo de ordem na região. Ainda nesse mesmo ano a mesma governante escamba, com o mesmo este senhorio que lhe acabara de entregar, por Soure e Santa Olaia, entregando-o à Sé de Coimbra. Uma outra forma de domínio pelo poder central pode-se encontrar nas doações que nestes casos são apenas confirmações de posse, a indivíduos que possivelmente representariam a comunidade moçarabe autóctone, como parece ter sido o caso de Randulfo Soleimás, a quem D. Tereza, em 1126, doa bens em Outeiro Seco e Pombeiro da Beira, integrando estes potentados locais no novo sistema político que se pretende alicerçar (MATTOSO; 1980: 315-329).

Já em 1114 o Bispo de Coimbra dera foral à vila de Arganil, ao que se sucedem outros forais e cartas de couto na região (Oliveira do Hospital, Treixedo, Midões, Mosteiro de Folques, etc.). A zona conhece um domínio sobretudo eclesiástico, mas também leigo, como o atesta a carta de Xusana Fernandes aos habitantes da sua propriedade na Bemfeita, dos sécs XII-XIII, que se encontra nos Documentos Latinos, do Cartulário do Cabido da Sé, vol. II, f. 231 vº (MATHIAS; 1940 c); bem como outros dois documentos de 1196 e 1200 que, no primeiro caso, se refere à compra de metade da **villa** da Bemfeita pelo cónego Pedro Salvador, a Pelágio Arias e a sua mulher Lupa Suaris, posteriormente este "**Petrus Saluati**" doa-a ao cabido da Sé de Coimbra, este doc. encontra-se no Livro Preto da Sé de Coimbra, ff. 226-227, o primeiro infelizmente extraviou-se aquando da sua transferência para a Torre do Tombo (MATHIAS; 1961:5-7).

A referência à compra de metade da **villa** poderá ser um outro indício complementar à ficha de inventário nº 4. Na verdade, Jorge Alarcão (ALARCÃO; 1980) defende que na época romana, mais concretamente no Baixo Império, a **villa**, entendida como uma propriedade agrícola mais ou menos extensa, terá sido dividida em duas partes: uma administrada directamente pelo dono; outra subdividida e distribuída por "servos ou colonos rendeiros" (*idem*: 176) e, como as condições geomorfológicas não contribuíam para um **dominium** contínuo, os prédios distribuídos estariam dispersos. O facto de se doarem ou venderem quinhões de uma **villa**, na Idade Média, prova que ela já pertenceu a um só senhor, repartindo-se, não as terras mas, as suas rendas (*idem*: 178). Assim a aldeia seria um agregado que reunia proprietários e teria resultado da divisão fundiária do Baixo Império.

Regressando de novo à época medieval, numa zona que, durante algumas centenas de anos, parece ter sido governada pelo lado mais forte, provocando o surgimento de uma "élite" de nobres "aventureiros", regionais, que vão desaparecendo absorvidos pela velha aristocracia de entre Douro e Minho, que acompanha a frente de reconquista e se fixa em Coimbra, e que, com o apoio central, a pouco e pouco, vai impondo o seu **modus vivendi**.

Esta classe senhorial nortenha mostra-se avessa às instituições municipais, os forais ressalvam sempre os direitos do Senhor, não há eleições e o controle senhorial é bastante semelhante ao que vigora no Norte, bem como os atributos senhoriais (MATTOSO; 1980:325-329), o que, aliás sucede com quase todos os forais da região.

Uma vez cimentado o domínio cristão da região, o povoamento da mesma ganha um novo alento. O documento citado de 1345 cria duas novas aldeias: Relva Velha e Monte Frio, sobranceiras à "Mata de Margaraz", propriedade da Sé de Coimbra; é natural que tenham então sido criadas outras aldeias serranas (Anexo IV).

Doravante apenas variará a intensidade do povoamento e consequentemente o aproveitamento agrícola. A pressão demográfica torna-se responsável pelas tentativas de aproveitamento de terras áridas e ingratas (MATTOSO; 1986:23). A ocupação do território obedece a factores físicos, como os maus-anos agrícolas (secas, cheias, etc.) e epidemias (peste, pneumónica, etc.) retomando o seu ciclo natural; ao que se somam motivos político-económicos, como os descobrimentos e as emigrações para o exterior, que vão retirar a mão-de-obra das zonas mais pobres do país; por outro lado a política governamental pode ser mais ou menos favorável à agricultura, como terá sido o caso da política agrícola do Estado Novo, nos anos 30 e 40 do séc. XX, que procura a vocação do país na agricultura, estimulando o aumento da área explorada.

É, portanto, milenar o esforço do homem no aproveitamento dos recursos que este espaço pode oferecer, levando ao aperfeiçoamento de uma das actividades mais primárias, e mais vitais à sobrevivência humana, a agricultura, em torno da qual se vai construindo um conhecimento, também ele primário, que se exhibe nas magnificas obras de engenharia que esse mesmo agente empreende, com o objectivo de aumentar a superfície arável (fot.2). Esses muros de sustentação de terras, esses canais e valas que, contrariando a Natureza rebelde, desviam as poderosas águas das encostas, são verdadeiros monumentos, não servem para embelezar, servem para sobreviver, e podem ainda hoje ser vistos, apesar da degradação e da ruína a que foram votados.

3.3.2 - COMUNICAÇÕES

Como já referimos, a construção de vias quebra o isolamento a que determinados espaços geográficos estão sujeitos, imposto pela orografia da região. No caso da bacia hidrográfica da Ribeira da Mata, essa circunstância, faz-se notar, sobretudo, no interior.

Todavia, a não existência de vias tal como hoje as entendemos, não significa que não haja circulação de pessoas e bens. Com efeito, e a um nível bem regional, tal como ainda hoje acontece, a necessidade de se deslocarem leva-as a criarem, inopinadamente, pequenos carreiros de cabra e pé-posto, que por vezes formam uma trama bem complicada de vias de comunicação. Já no séc. XVIII, nas informações paroquiais de 1758, o então pároco, diz existirem na circunscrição da Bemfeita duas pontes de pau (MATHIAS; 1940.6), o que prova que nem sempre é o poder central a tomar todas as iniciativas relativas a esta matéria, mas também os verdadeiros interessados, aqueles que habitam a região.

É bem provável que já existissem pequenos caminhos em épocas como o Calcolítico ou o Bronze Inicial, marcados no terreno pelas comunidades pastoris que utilizavam este espaço, talvez em resultado do regime de transumância que provocava deslocamentos periódicos, pondo, simultaneamente, em contacto diversas comunidades vizinhas que até se poderiam associar para mais facilmente se defenderem de gentes mal-intencionadas, protegendo os seus bens. Mas é o comércio de mercado, provocado por factores alheios às comunidades autóctones, que vem gerar o interesse pela existência de comunicações com determinados pontos geográficos, não esqueçamos que na Antiguidade a Península Ibérica foi um dos maiores fornecedores mineiros das civilizações orientais, através das muitas feitorias, colónias e entrepostos comerciais que surgem na costa mediterrânica e atlântica da hispania.

O contacto com regiões longínquas poderá datar logo do Bronze Inicial, com efeito, uma placa metálica, decorada com circunferências concêntricas, rodeadas de uma sequência de espirais encadeadas, encontrada no dólmen 1 dos Moinhos de Vento - Lomba do Canho (SENNA-MARTINEZ, LUZ; 1983:113), tem uma proveniência micénica mediterrânica (SCHUBART; 1975: 158-159). Susana Oliveira Jorge (in ALARCÃO; 1990: 249-250), associa à exploração de metal, no caso desta região do estanho e do ouro, que seria comercializado com o Mediterrâneo, através do Sudoeste Peninsular, a existência, já no Bronze Final (sécs. X-VIII a.C.), de uma rota terrestre, entre o SW e o Norte Peninsular, através da Meseta. A inexistência de povoados, descobertos até à data, na Serra do Açor que se liguem a esta época, afasta a possibilidade de já existir na região uma procura deliberada de metais, todavia, é provável que já alguns comerciantes e aventureiros, fizessem visitas pontuais à região, periférica em relação à rota mencionada.

É ainda muito difícil distinguir, em determinadas partes do país, até onde vai o Bronze Final e onde começa a Idade do Ferro, para muitos autores, em muitos casos, ter-se-à passado directamente do Bronze Final para a época romana, razão pela qual se prefere chamar a esta fase pré-romana, de Proto-História. Assim sendo, torna-se evidente um forte desnível "civilizacional" na Península Ibérica, coexistindo comunidades que cultural e economicamente estão distanciadas, mas que não deixam de ter alguns contactos entre si.

Abordar a Proto-História na região é quase impossível, pois, tal como para o período anterior, não se conhecem povoados, talvez um dia quando este estudo se alargar a toda a Serra do Açor se consigam obter outras informações, quanto mais não seja, que ela continuou a ser apenas utilizada por pastores, e que realmente o seu povoamento é recente e descontínuo.

Fosse como fosse é bastante provável que ainda antes da conquista romana já se explorasse o ouro das margens do Alva, e que o conhecimento deste recurso fosse já relativamente alargado, justificando a construção de um fortim na Lomba do Canho, que não só poderia assegurar a protecção a este importante couto aurífero, como política e militarmente teria tido um papel importante em 68 a.C. quando César ataca os Lusitanos nos "**Montes Herminios**", que designariam a Serra da Estrela e possivelmente toda a Cordilheira Central; sucedendo-se outras campanhas; já nos anos 40 a.C. terá também intervindo nas guerras civis entre Júlio César e os filhos de Pompeio (FABIÃO; 1989: 45-46).

A exploração mineira e a existência de um acampamento militar perto do território dos lusitanos, são duas boas razões para a construção de uma via, que permitisse o escoamento rápido da produção, e o acesso fácil do apoio logístico, no que os romanos eram exímios. É bem provável que tenha então sido rasgada a primeira estrada na região, que viria de **Aeminium** (Coimbra), cidade controlada pelos romanos após as campanhas de Décimo Júnio Bruto em 136 a.C. (ALARCÃO; 1988: 22-23), todavia a zona serrana, controlada pelos lusitanos, manter-se-á rebelde à presença romana até ao primeiro quartel a.C., uma vez dominada, este acampamento perde importância.

Com a pacificação da área, estavam criadas as condições para um investimento em infra-estruturas, com o prolongamento da via até Bobadela, capital administrativa da região em estudo desde inícios do séc. I d.C. (ALARCÃO; 1990:369). Esta via, oriunda de **Aeminium**, seria, segundo J. Alarcão (1988:105), fluvial até Porto da Raiva, onde adoptaria um percurso terrestre e seguiria por Arganil, Lomba do Canho, Quinta do Mosteiro (onde foi encontrada cerâmica romana do séc. I/II d.C. (ALARCÃO; 1971:76), Lomba dos Palheiros (est. nº 8) até

Coja (est. nº 6) onde bifurcava para Norte em direcção a Bobadela e para Leste em direcção à importante via que ligava **Bracara Augusta** a Mérida, capital da Lusitânia, (SAA; 1959:246-252. ALARCÃO; 1988:105), segundo informações orais por nós recolhidas, nos anos 50/60, quando o caminho para Avó foi arranjado, arrancaram-se lages de granito, pelas quais ainda circulava o tráfego, o que não significa necessariamente que este caminho tivesse sido aberto pelos romanos, sabemos que na Idade Média e Época Moderna a técnica era ainda semelhante, embora não fosse utilizada em vias de muita importância, aliás a construção de pontes e vias eram nessa época consideradas obras ao serviço de Deus, pelo que muitas vezes eram as próprias corporações religiosas que tomavam a iniciativa, cujo papel não deve ser desprezado, mau grado ainda não existirem estudos sobre esta matéria.

No documento já referido de 1345 (MATHIAS; 1961:11-12 Anexo IV), ao definirem-se os casais que os colonos devem implantar, o redactor faz passar os limites por um "caminho da moura", que atravessava o "Cabeço da Chamua", mais tarde, provavelmente nos inícios do séc.XIX, Balthasar da Silva Lisboa, no seu périplo pela Serra do Açor, utiliza-o para se deslocar ao interior da Serra: Relva Velha, Porto da Balsa, Valle da Garcia, Fajão, etc.. Ainda há poucas dezenas de anos este percurso era utilizado por caravanas de carros de bois que, rumo à Covilhã, passando por Paúl, transportavam sal, louças e outros bens, e, já no regresso, presuntos, enchidos, etc.; viagens que, segundo os homens que as recordam, eram autênticas aventuras. O facto de já ser referido na Idade Média, levanta a hipótese de existir anteriormente, talvez fosse secundário e em terra batida, pois a pedra da região não é apropriada para calcetar.

Ou seja, teríamos então três vias principais, uma vinda de Coimbra, via Porto da Raiva, para Bobadela, outra que partiria de Coja rumo à via **Bracara Augusta - Emerita Augusta**, passando pelo importante castro de S. Romão (Seia) onde foi recentemente descoberta uma inscrição de um funcionário municipal - **Aedil** (ALARCÃO; 1990:393). Finalmente uma terceira via que, saindo de Coja, atravessaria a Serra do Açor para SE talvez em direcção a mais uma vez se lançou uma hipótese que, talvez, apenas possa ser confirmada e estudada com o alargamento do âmbito geográfico deste trabalho.

A descoberta do Marco Miliário da capela de N. Srª da Ribeira, veio demonstrar a importância rodoviária desta zona, sobretudo numa época em que o império romano está em desagregação, é difícil explicar o porquê deste interesse tardio (sécs. IV-V), um novo incremento da exploração aurífera? um interesse súbito pelas comunicações inter-civitas? a abertura de uma nova via serrana? Infelizmente, as circunstâncias em que foi achado não permitem saber com que via das mencionadas se relaciona, também não refere milhas que

nos permitam identificar um ponto de partida. No entanto, é provável que se relacione com o crescimento da importância da via que ligava Braga a Mérida, o que permitiu um desenvolvimento considerável das regiões por onde esta passava. Na verdade é ainda cedo para tecer comentários a este Miliário que ainda carece de integração histórica e espacial.

Não é de afastar a hipótese de uma terceira via, indicada no documento de 1345, que constituiria um percurso alternativo que ligava, com economia da distância a percorrer, Bobadela a Idanha e Mérida. Vinda pela zona de Albuquerque em Espanha, entrando em Portugal por Segura, indo a **Egitânea** (Idanha-a-Velha) onde se dividia, seguindo um troço para Viseu e Braga, e outra para Proença-a-Velha, Orca, Castelejo, Porto da Balsa, Coja, Bobadela, sendo a importância, desta provável via, tardia, tal como parece ter sido a da **Civitas** de Bobadela. Mas como dissemos é só uma hipótese que deve ser tida em conta e estudada.

No que respeita à Idade Média o conhecimento que se tem da rede viária é, para todo o país, quase nulo, sobretudo para as regiões do interior. É necessário um maior empenho dos historiadores na leitura e publicação das fontes escritas sobre a região em causa, nomeadamente de cooperações religiosas, encarregadas então desta matéria.

Todavia, parece-nos que durante a Idade Média e/ou Época Moderna existiu alguma preocupação com as comunicações na região. Durante o trabalho de campo tivemos oportunidade de, inesperadamente, usar caminhos que pareciam ter em tempos sido tratados e arrançados, referimo-nos, concretamente, a um troço que saindo de Pardieiros segue para Oeste, talvez para o Sardal ou para a Quinta do Mosteiro, o qual está implantado, sobre um muro de sustentação que corre o risco de desaparecer, uma vez que foi rasgada recentemente uma nova estrada, o que necessariamente colocou a antiga fora de uso (fot.7).

3.3.3 - A Mineração

Se a descoberta da agricultura e da pastorícia revolucionou a relação entre o Homem e a Natureza, a descoberta da mineração e a invenção da metalurgia transformaram as relações sociais, pois sabemos que o aparecimento do comércio, num sentido mais moderno está associado a esta nova actividade.

Na Península Ibérica, se bem que o uso do cobre, do ouro e da prata já venha do III milénio, é no II milénio que a metalurgia vai provocar, aquilo que Suzana Oliveira Jorge (*in* ALARCÃO; 1990:163) diz ser uma emergência de novos comportamentos, provocando uma intensificação sócio-económica com relações e intercâmbios supra regionais, observando-se "na verdade, uma mudança abrangente de atitudes", desenvolvendo-se sociedades hierarquizadas. Surgem novas tarefas como o comércio e a mineração, ao que se poderá acrescentar a própria metalurgia.

Não nos parece que a prospecção, prepositada, desta região recue a esta fase, ainda que Senna-Martinez ligue os monumentos megalíticos dos Moinhos de Vento à exploração mineira (SENNA-MARTINEZ, LUZ; 1983:103-118) do rio Alva. Pensamos que a riqueza aurífera da região do Baixo Alva só terá obtido reconhecimento posteriormente, já com o surgimento na Península Ibérica de uma comunidade orientalizada e com ambições de hegemonia, como poderá ter sido o caso de Tartessos que, na ânsia de aumentar a sua riqueza, fomentou a procura do metal. Iniciava-se então o I milénio a.C. e a influência fenícia começava a fazer-se sentir (HARRISON; 1988:25-35, 51-59).

É de facto, no Bronze Final que talvez se possam encontrar os primórdios da exploração mineira da região. Rica em ouro e em estanho, ela abastece a euforia do crescimento urbano no Mediterrâneo Oriental; vários autores defendem a existência de uma rota terrestre entre a Costa Levantina e o Noroeste Peninsular, muito rico em estanho (Suzana O. Jorge *in* ALARCÃO; 1990:249-250), que atravessaria todo o planalto da Beira, pela vertente oriental das Serras da Estrela e do Açor, onde os comerciantes certamente contactariam com autóctones, conhecedores das riquezas locais, sendo provável que o esconderijo de Moura da Serra esteja associado a este período (NUNES; 1960. COFFYN; 1983:172, 180, 190-193. COFFYN; 1985:200, 220, etc.).

É possível detectar na região duas formas de prospecção mineira: revolvimento dos terraços fluviais e construção de subterrâneos de exploração de filões. Destes dois, sómente o primeiro foi detectado na Bacia Hidrográfica da Ribeira da Mata, mais concretamente na zona de Castelos (est. nº 3); Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (PEREIRA, RODRIGUES; 1906:1093) referem a existência de minas de chumbo em Coja, o que nos parece pouco plausível, não apenas por não termos recolhido esta informação em nenhum outro autor, como pelo facto de a população não ter conhecimento dessas minas.

Antes de abordarmos a questão da exploração dos depósitos fluviais na Ribeira da Mata, urge integrar esta acção numa série de outras que decorreriam ao longo do Rio Alva e no interior das Serras do Açor e Lousã, embora os estudos acerca do assunto sejam escassos, dispersos e incipientes. Do segundo tipo de exploração indicado podemos classificar como romanas as minas de Furadas de Pombeiro, em Arganil (DOMERGUE; 1987:516. FRANCISCO MARTIN; 1989:305) e Escádia Grande, em Góis (DOMERGUE; 1987:516-517. TEIXEIRA; 1945-46), onde além de lucernas dos sécs. I/II d.C. (OLEIRO; 1952:15) foi encontrada uma inscrição dedicada a **ILVRBEDAE** (FERREIRA; 1952), o que só por si pode revelar algo acerca da importância da mineração do ouro na região. Existem ainda informações de uma mina em Eira dos Mouros, Góis, onde terão sido encontrados nas imediações 2 machados de bronze e cobre, e ainda cunhas de anfibolite (NUNES; 1952. DAVEAU; 1986:381), o que poderá sugerir uma anterioridade desta mina em relação às outras, fazendo então recuar a extracção mineira ao Bronze Final.

Reportemo-nos agora ao aproveitamento dos depósitos fluviais. Como já referimos é difícil saber quando chegaram os primeiros garimpeiros às margens do Alva, todavia uma coisa parece clara, é que um revolvimento de terras como aquele que Daveau (DAVEAU *et alii*; 1980) refere, aponta para uma exploração de grande envergadura, provavelmente planeada, com meios e mão-de-obra, o que em nossa opinião, só poderá ter ocorrido em duas épocas: durante o jugo Romano, que se estabelece na Península Ibérica com o intuito de dominar a sua produção mineira, alimentando a política expansionista de Roma; ou mais tarde, na Idade Média, já com uma situação de estabilidade regional, com um poder central que necessita do metal para financiar a guerra contra o infiel. Francisco Silveira diz que em 1250 foram descobertas minas de ouro perto de Arganil, "eu mesmo o vi gandaiar em dias chuvosos" (SILVEIRA; 1804:47), esta hipótese deve ser levada a sério, mas a falta de estudos sobre a mineração medieval não permite grandes elações.

A existência de várias estações arqueológicas romanas na região, bem como a suspeita de ter existido um interesse pelas potencialidades mineiras na região, já de longa data, ao que Jorge Alarcão ainda liga o acampamento da Lomba do Canho (ALARCÃO; 1988:128), creio serem argumentos válidos para se inferir uma exploração sistemática dos depósitos fluviais pelos romanos. Estranhos não serão também os numerosos achados em ouro na região, como é o caso do tesouro da Cerdeira (est. nº 9), uma campainha em ouro em Relvas, freg. Teixeira, Arganil (ALARCÃO **et alii**; 1985:190. A COMARCA DE ARGANIL; 3959), bem como uma série de outros referenciados por Martins Sarmiento (SARMENTO; 1883), e outros que foram ocultados, que seguramente provam a existência deste metal na região.

Desde já parece-nos que, pelo menos desde a época romana, a riqueza mineira constituiu um factor de atracção e povoamento da região, estimulando o seu desenvolvimento, iniciando sérias alterações na geografia do espaço. Onde, o referido acampamento militar da Lomba do Canho, entre outras funções exercia uma vigilância sobre a produção e a segurança deste "couto" mineiro, bem como aos acessos.

Indiscutível parece-nos ser, também, a exploração na época Medieval, mas mais uma vez deparamo-nos com a falta de provas concludentes e de estudos sobre mineração medieval em Portugal, que nos permitam avaliar a importância desta actividade, sabemos que ela foi praticada no Rio Mondego e seus afluentes, desconhecemos todavia a sua intensidade; não esqueçamos que a preocupação, de todos aqueles que promoveram o repovoamento desta área, foi sempre para a agricultura e para a pastorícia, sem nunca se mencionar a actividade mineira, o que aconteceria se ela fosse muito importante, mas, como já se explicou faltam estudos de base que permitam um melhor conhecimento.

Durante as nossas deslocações no terreno, fomos informados da existência de inúmeras "minas" que o vulgo diz serem antigas, como é o caso, por exemplo da Picota, frente à aldeia da Relva Velha (fots.10-13), onde de facto existe um desses buracos (fot.12), mesmo no topo, à volta do qual se construiu um muro circundante (fots.11 e 13). Infelizmente, a inexistência de qualquer tipo de materiais associados, não permite a classificação do sítio, no entanto, julgo ser verosímil a ideia de se tratar, neste caso, de uma exploração mineira, mas de quê? Por quem? Quando? São perguntas de resposta difícil que, talvez, possam ser obtidas mediante um estudo pormenorizado do local.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS – PROPOSTAS

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS - PROPOSTAS

Apesar de abranger uma área reduzida, que de forma alguma constitui uma unidade geográfica economicamente independente, creio que este trabalho tem o mérito de ter reunido todos os testemunhos humanos mais antigos descobertos até à data, nomeadamente alguns cuja existência ainda não era pública, refiro-me concretamente ao Marco Miliário da Capela de N. Sr.^a da Ribeira e à gravura rupestre de Valeiro. Por outro lado explorou, ainda, a fixação humana neste vale, salientando alguns aspectos que, quanto a nós foram também estruturantes no meio, nomeadamente a mineração os acessos e a exploração agrícola, que tanto contribuiu para a alteração da paisagem.

Durante a elaboração desta carta arqueológica, tivemos acesso a muitos outros documentos que, posteriormente, por uma razão ou por outra, não foram mencionados ao longo do texto, todavia existem dois, que julgo merecerem alguma atenção, dado o valor descritivo dos mesmos, mas que arqueologicamente têm uma utilidade muito limitada. Assim, Mário Mathias, empenhado estudioso da região, publicou uma descrição de 1758 da Mata da Margaraça (MATHIAS; 1940 b.):

"Acresce mais que junto da dita Serra do Açor da parte Norte entre o lugar de Relva Velha e Pardieiros que he termo de Coja está cituada hua grande Mata por nome Margaraça que se compoe de innumera veys castanheyros e alguns carvalhos, azereyros, Lamegeyros, Aveleyras e cipos i tem esta Mata meya Legoa de distancia assim de cumprimento como de Largo e nella se crião grandes madeyras de que se utiliza a cidade de Coimbra e outras muitas terras com licença do dito Senhor nela se crião muyta variedade de Aves e conserva em si muyta caça de coelhos e perdizes".

P.João Simoens, da Teixeira.

O outro documento documento é o relatório de uma viagem, feita a pedido do Bispo de Coimbra, nos alvares do séc. XIX, por Balthasar da Silva Lisboa (LISBOA; s.d.), onde o autor faz uma descrição por vez bastante pormenorizada da região: a sua fauna, a sua flora, a sua geologia, os seus costumes, economia, história, etc. Trata-se de um manuscrito encadernado que, em nossa opinião, merecia um estudo aprofundado e mesmo uma publicação, que se justificaria pela atenção que o autor dá à Mata da Margaraça, à qual dedica várias páginas.

Ainda que não ofereça vestígios arqueológicos propriamente ditos, a mata da Margarça parece ter tido um contributo decisivo na economia da região, ou não sejam as constantes referências que a ela se fazem, pelo menos desde o séc. XIII no Livro das Calendas, fl.91, onde se diz pertencer a "nemore de margaraz" ao cabido da Sé de Coimbra, (MATHIAS; 1961:1011), tendo a sua riqueza florestal sido sempre salientada, sendo hoje em dia um "precioso documento de vegetação das encostas xistosas do Centro de Portugal a preservar a todo o custo" (PAIVA; 1981:49).

Se a presença humana pode constituir uma ameaça para o equilíbrio ambiental, a sua ausência, no séc. XX, também pode assumir aspectos negativos para esse mesmo equilíbrio, daí a necessidade de, numa zona onde o despovoamento parece ser um facto, criar espaços como a Paisagem Protegida da Mata de Margarça, que zelem pela manutenção destes espaços. Ante a eminência de uma desertificação humana, a nossa proposta vai no sentido do alargamento da área de intervenção, não só do ponto de vista de extensão do terreno, mas também das áreas de intervenção, que passariam também a cuidar da história da paisagem, evitando que se apagasse por completo o que ainda resta de uma luta penosa entre o Homem e a Natureza pela conquista do espaço, refiro-me, concretamente, aos magníficos muros de sustentação e casebres agrícolas que existem nos mais recônditos vales desta Serra.

Visa-se então a gestão integrada de um espaço, de um património que é comum ao Homem e à Natureza que o criou, numa atitude sem complexos assumindo-se a História como um conjunto de estágios que conduziram ao modo de vida actual; corrigindo-se o que está mal, e preservando o que está bem. O Homem também é Natureza.

A publicação, comentada, do manuscrito poderia acompanhar a elaboração de circuitos turísticos, pedonais ou não, que contemplariam diversos locais referidos neste trabalho, como sejam: as minas a céu aberto de Castelos (nº 3), a gravura rupestre de Valeiro (nº 1), que carece de medidas de protecção, a Capela de N. Srª da Ribeira e ainda os muitos pequenos vales abruptos existentes, onde o homem deixou à pouco de cultivar, nos quais ainda se mantém todo o enredo arquitectónico de suporte a esta actividade; uma obra digna de ser preservada e admirada, dada a suavidade da sua integração na paisagem.

Estes folhetos, além de estimularem a procura turística da região em estudo e envolvente, chamariam a atenção para a preservação do meio ambiente, em sintonia com a herança humana deixada na zona, devidamente explicada nos mesmos. Por outro lado seriam uma alternativa oferecida aos já numerosos campistas que procuram o parque de Coja ou aos visitantes que procurem a Mata da Margarassa, convidando-os a ficarem mais um tempo pela região.

V-BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- A.P.H.; 1958 - ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA - Documentos Medievais Portugueses, vol. I, t.1, Lisboa.
- ALARCÃO; 1971 - Adilia Moutinho de - "Terra Sigillata" do Museu Machado de Castro, "Conimbriga", 10, Inst. Arqueologia - FLUC., Coimbra, pp. 45-78
- ALARCÃO; 1980 - Jorge de - Os problemas da Origem e da Sobrevivência das Villae Romanas do Norte do País. In "Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular"; vol. 3, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, pp. 171-179.
- ALARCÃO; 1983 - Jorge de - Portugal Romano, 3ª ed., Ed. Verbo, s.l. Col. "História Mundis", nº 33.
- ALARCÃO; 1987 - Jorge de - Roman Portugal, vol. 2, fasc. 1, ed. Aris & Phillips Ltd., Warminster.
- ALARCÃO; 1988 - Jorge de - O Domínio Romano em Portugal, Pub. Europa América, Mem Martins. Col. "Forum da História", nº 1.
- ALARCÃO; 1990 - Jorge de - Portugal das origens à romanização, Ed. Presença, Lisboa. Col. "Nova História de Portugal", dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. 1.
- ALARCÃO; s.d. - Jorge de - Proposta de Estudo da Bacia do Alva do ponto de vista arqueológico, "P.R.OT - Alto Mondego - II - Estudos Sectoriais de Base: Arqueologia e Património Arquitectónico", Dir. Geral do Ordenamento.
- ALARCÃO et alii; 1960-61 - Jorge de; BELCHIOR, M.C.Alves; HESPANHA, M.C.Fonseca - Notícias- Nova et Vetera, "Conimbriga", 2-3, Inst. Arqueologia - FLUC, Coimbra, pp. 295-327.

- ALARCÃO et alii; 1985 - Jorge de; LOPES, M^a. Conceição; MOURA, M^a Helena - As Origens do povoamento na bacia do Alva, "Arqueologia", 12, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Porto, pp. 184-194.
- ALMEIDA; 1946 - João de - Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses, vol. 2, ed. do a., Lisboa.
- ANACLETO; 1983 - Regina - Concelho de Arganil - História e arte, ED. Santa Casa da Misericórdia de Arganil, Aveiro.
- A COMARCA DE ARGANIL; 2743 - Perto da Benfeita (ao proceder-se ao desenterro de um terreno), Ano 41, 6/5/1941, p.4
- A COMARCA DE ARGANIL; 2747 - Os vestígios de uma antiga habitação encontrados na Benfeita, Ano 41, 20/5/1941, p.2
- A COMARCA DE ARGANIL; 3959 - Uma campainha romana encontrada nas imediações do concelho de Arganil, Ano 52, 16/9/1952, p. 2.
- A COMARCA DE ARGANIL; 3977 - A Arqueologia na região, Ano 52, 28/10/1952, p.1
- CORREIA; 1952 - Vergilio - Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Coimbra, dir. Nogueira Gonçalves, vol. 4, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.
- COFFYN; 1983 - André - La fin de l'Âge du Bronze dans le Centre-Portugal, "O Arqueólogo Português", Série IV, 1, Lisboa, pp. 169-196.
- COFFYN; 1985 - André - Le Bronze Final Atlantique dans la Peninsule Ibérique, "Pub. Centre Pierre Paris", 11, Diffusion Bocard, Paris.
- DAVEAU; 1985 - Suzanne - Les Basins de Lousã et d'Arganil, vol. 2, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa. Col. "Memórias do Centro de Estudos Geográficos", nº 2.

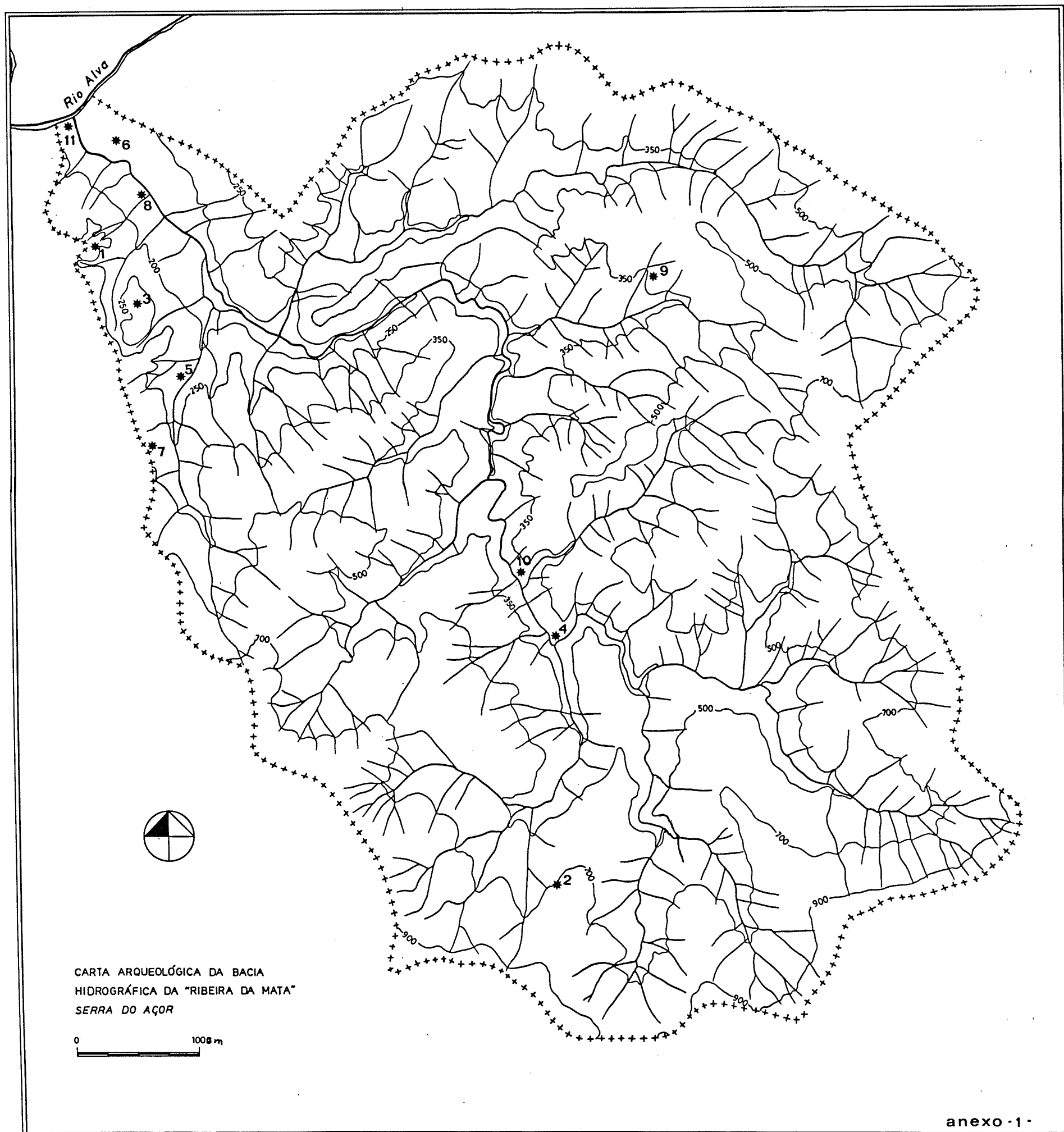
- DAVEAU; 1986 - Suzanne - Les Bassins de Lousã et d'Arganil, vol. 2, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa. Col. "Memórias do Centro de Estudos Geográficos", nº 8.
- DAVEAU, et alii; 1980 - Suzanne; COELHO, Conceição; ALMEIDA, Graça - Indícios de Exploração Mineira Antiga nos terraços do Baixo Alva. In "Congresso Nacional de Arqueologia" Faro, texto não publicado.
- FABIAO; 1989 - Carlos - Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil), Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa. Col. "Cadernos da Uniarc", nº 1.
- DOMERGUE; 1987 - Claude - Catalogue de mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique, 2 vols., Publications de La Case de Velasquez, Ed. Diffusion de Bocard, Madrid. Col. "Série Archeologie", nº 8.
- FRANCISCO MARTIN; 1989 - Julián - Conquista Y Romanizacion de Lusitania, Universidad de Salamanca, Salamanca. Col. "Acta Salmanticensia Estudios Históricos Y Geograficos", nº 58.
- FRÉDERIC; 1980 - Louis - Manual Prático de Arqueologia, Livraria Almedina, Coimbra.
- GORGES; 1979 - Jean Gérard - Les villas hispano-romaines. Inventaire et problématique archeologiques, Centre Pierre Paris, Bordeaux.
- HIPÓLITO; 1960-61 - Mário de Castro - Dos Tesouros de moedas romanas em Portugal, "Conimbriga", 2-3, Inst. Arqueologia - F.L.U.C., Coimbra, pp. 1-166.
- HARRISON; 1988 - Richard J. - Spain at the Dawn of History, ed. Thames and Hudson, London. Col. "Ancient Peoples and Places", nº 105.
- HOODER; 1988 - Ian - From space to place: current trends in spatial archaeology, "Arqueologia Espacial", 12, Colégio Universitário de Teruel, Teruel, pp. 9-15.

- LARCHER; 1935 - Jorge - Castelos de Portugal - Distrito de Coimbra, vol. 2, Tip. da Atlântida, Coimbra.
- LISBOA; s.d. - Balthasar da Silva - Descrição dos territórios de Coja; viagem de estudo mandada fazer pelo bispo de Coimbra, mansk. dep. na Bib. Nac. de Lisboa, COD 596.
- LOURENÇO; 1989 - Luciano - O Rio Alva - Hidrologia, Geomorfologia, Climatologia e Hidrologia, Inst. Estudos Geográficos, F.L.U.C., Coimbra.
- MATHIAS; 1940a - Mário - Bemfeita - Subsídios para uma monografia XXIII, "A Comarca de Arganil", nº 2617, 26/1, p.2.
- MATHIAS; 1940b - Mário - Bemfeita - Subsídios para uma monografia XXV, "A Comarca de Arganil", nº 2631, 1913, p.2.
- MATHIAS; 1940c - Mário - Bemfeita - Subsídios para uma monografia (XXIV). "A Comarca de Arganil", nº 2695, 8/11, p.4.
- MATHIAS; 1961 - A Bemfeita na documentação medieval - Notas históricas, ed. "A Comarca de Agarnil", Arganil
- MATHIAS; 1963-65 - Mário - Bemfeita, supl. de "O Facho", s.l.
- MATTOSO; 1980 - José - A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder, Ed. Estampa, Lisboa Col. "Imprensa Universitária", nº 19.
- MATTOSO; 1986 - José - Identificação de um País - ensaio sobre as origens de Portugal, vol. 2, ed. Estampa, Lisboa. Col. "Imprensa Universitária", nº 46.
- NUNES; 1952 - João de Castro - Um Machado de talão, de tipo Galaico, na Beira-Litoral Interior, Pub. Museu da Câmara Municipal de Arganil, Arganil.
- NUNES; 1956 - O Idolo pré-histórico das Relvas, "Revista de Guimarães", 66 (3-4), Guimarães, pp. 503-507.

- NUNES; 1957 - Três nótulas de Arqueologia pré-histórica, "Revista de Guimarães", 67 (12), Guimarães, pp. 192-200.
- NUNES; 1960 - João de Castro - A propósito da estela de Meimão, "Revista de Guimarães", 70 (1-2), Guimarães, pp. 86-106.
- NUNES; 1981 - João de Castro - Introdução ao estudo da cultura megalítica no curso inferior do Alva, Assembleia Distrital de Coimbra, Coimbra.
- NUNES, PEREIRA; 1974 - João de Castro; A.Nunes - A Pedra Riscada, Universidade de Luanda, Sá da Bandeira.
- NUNES et alii; 1959 - João de Castro; PEREIRA, A. Nunes; BARROS, A. Melão - A Pedra Letreira, "Memórias Arqueológicas do Concelho de Góis", 1, Museu da Câmara Municipal de Góis, Góis.
- OLEIRO; 1952 - J.M. Bairrão - Catálogo de Lucernas Romanas, Museu Machado de Castro, Coimbra.
- PAIVA; 1981 - Jorge A.R. - A Mata da Margaraça e a sua conversão em Reserva, "Anuário da Sociedade Broteriana", 47, Coimbra, pp. 49-66.
- PALLI AGUILERA; 1985 - Frederico - La Via Augusta en Cataluña, Univ. Autònoma de Barcelona, Barcelona.
- PEREIRA, RODRIGUES; 1906 - Esteves; Guilherme - Portugal - Dicionário Histórico, Biographico, Heráldico, Chorographico, Numismático e Artístico, vol. 2, Ed. João Romano Torres, Lisboa.
- RIBEIRO; 1991 - Orlando - Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico, 6ª edição, Ed. Livraria Sá da Costa, Lisboa. Col. "Nova Universidade", nº 13.
- RIBEIRO et alii; 1927 - Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne - Geografia de Portugal, vol. 1, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.

- ROCHA; 1971 - António dos Santos - Memórias e Explorações Arqueológicas, Univ. Coimbra, Coimbra. "Acta Universitatis Coninbrigensis".
- SAA; 1959 - Mário - As Grandes Vias da Lusitânia, t.2, e.doa., Lisboa.
- SARMENTO; 1883 - Francisco Martins - Expedição Científica à Serra da Estrella em 1881, Soc. de Geographia de Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa.
- SCHUBART; 1975 - Hermanfrid - Die Kultulder Bronzezeit in Südwestern der Iberischen Halbinsel, "Madriider Forschungen", 9, Berlim.
- SECCO; 1853 - António L.S. Henriques - Memória Histórica - Chorographica dos diversos concelhos do Distrito Administrativo de Coimbra, Imprensa da Universidade, Coimbra.
- SENNA-MARTINEZ, LUZ; 1983 - João Carlos; Ana M. Dias - O megalitismo da bacia do Alva; primeira contribuição para um modelo sócio-económico, "O Arqueólogo português", IV série, 1, Lisboa, pp. 103-118.
- SILVEIRA; 1804 - Francisco do Nascimento - Mappa breve da Lusitânia Antiga, e Galliza Bracarense, t.1, Of. Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa.
- TEIXEIRA; 1945-46 - Carlos - Minas romanas na Serra da Lousã, "Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia", 10 (3-4), Porto, pp. 243-247.

VI - A N E X O S



ANEXO II

MARCO MILIÁRIO DA CAPELA DE
N. SR^a DA RIBEIRA (COJA)

Inscrição - tipo: Marco Miliário - coluna granítica, de grão grosso

Localização: deslocada

Distrito: Coimbra Concelho: Arganil Freguesia: Coja

Lugar: Capela de N. Sr^a da Ribeira

Circunstâncias do achado: Informação oral

LEITURA:

. D NN	Domini nostri duo
FLA	FLA (vius)
THEO.	THEO
DOSIVS.	DOSIVS
PE (R) ꝑE	PE r PE
T (v) ꝑ	T v ꝑ

TRADUÇÃO: Aos nossos dois Senhores: Flavis Teodorio perpétuo...

Estado de conservação: Razoável, apesar de estar partida pela 6^a linha, de ter letras apagadas () e outras duas danificadas(.)

COMENTÁRIO: Monumento epigráfico, em forma de coluna, destinado a ser colocado à beira das estradas, onde se registam distâncias, este Marco Miliário, além de inédito, constitui o mais recente exemplo deste género encontrado até à data em território nacional, que só tem paralelo na Península Ibérica noutros dois descobertos na Catalunha, também ligados a uma via de montanha (PALLI AGUILERA; 1985: 86-89). Cronologicamente situar-se-á entre 379 e 395, período em que governou Teodósio, demonstrando um interesse tardio pela circulação de bens e pessoas na região.

FOTOGRAFIA:



ANEXO III

LEGENDA

3 - Castelos - exploração mineira

4 - Bemfeita - casal/villa

5 - Vale de Carro - casal/Villa/Mantione

6 - Coja - achado avulso

7 - Lomba dos Palheiros - casal/Villa/Mantione

8 - Capela de N. Sr^a da Ribeira - achado avulso

9 - Cerdeira - achado avulso



- Área aproximada onde se encontram vestígios de exploração mineira de depósitos fluviais



- Monte dos Calampos e da "herdade da Moura vide anexo 4



- traçado provável de vias que seguiriam para Bobadela (via Coja) e para a via Bracara -Emerita



- traçado provável do "caminho da moura" - vide anexo 4

ANEXO IV

Carta de povoamento de 1345, escrita por Johan Vicente, certidão de nascimento das aldeias de Relva Velha e de Monte Frio. Pertence aos "Documentos do Cabido da Sé de Coimbra", com o nº 388

Saibão todos quantos esta carta de Poboação virem que nós Bartolomeu Eymar Tesoureiro e Dom Gisiardo mestre escola e Cabido da Sé da cidade de Coimbra damos afforo e a poboação deste dia para todo sempre a vos Liaz Lourenço de Moura e a vos João Gonçalves e Esteves Dominguez do dito logo e a vos Vasco Domingos, dito Madurgo tabalião de Coia e a vossas mulheres e a vossos filhos e a todos vossos sucessores que despos vos vierem hun mato que nos avemos a par da nossa mata de Magaraz so tal preito e condição que vos façades no dito logo cinco casaes e meio convem a saber por esta guisa. Vos dito Liaz Lourenço fazerdes hi dois casaes e vos Joham Gonçalves e Estevão Domingues fazerdes outros dois casaes. E vos Vasco Domingos os outros casal e meio dos quaes primeiros quatro casaes estes são os termos. Primeiramente como se começa a cume do camorro vertente agua como se vem a água de Magaraz e dy acima por essa agua de Magaraz tirada a herdade que hi jaz arrotada de Stevão Calanpro como se vai pela água ataa foz do Val dos Galegos para cima da mata ataa cima do Val da Meuda, como parte com M. Vaqueiro. E dai como se vai em dereito aa Picota de Magaraz. E dessa Picota como vai a fundo entrar na água de parrunelos. E dessa água açima como se vai da fonte spinho e dy como se vay aas picotas de cima da moura. E dy como se vai vertente água à selada do formarago. E dy como verte a água ao cumo do camorro. E do casal e meio são estes os termos primeiramente pelo cume do camorro como se vem entrar na foz da água do camorro tirada a herdade que hy foi achada do tempo do mourisco que foi arrotada. E dessa foz da água do camorro como se vaj pela lombada da madeira acima da selada dos dois chãos e dy adeante a água do Cabeço da Chamua e de sy vertente água ao caminho da moura como se vay pelo cume vertente água ao cume do

camorro. E vos todos e cada hun de vos devedes a fazer os ditos casaes no dito logo pela guisa que dito he ataa dia de São Miguel de Setembro primeiro que vem. E fazerdes a nos este foro vos e todos vossos sucessores que depos vos vierem, para todo sempre de cada hun casal hun quarteiro de pão meiado em cada hun ano. E por jugada hun almude de trigo cada hun e de suas galinhas dez ovos de cada hun casal. E se ouverdes linho dardes de hun casal vos e todos vossos sucessores hun molho de tres vergas assi como se usa na Benfeita. E dardes por pedida e por jantar dez soldos de cada hun ano de todos estes cinco casaes e meio. E todo isto devedes pagar assuado na Eyra em cada hun ano. E em este primeiro ano porque não teendes hy lavoyra serdes scusados do dito fora salvo que dedes a nos a oytava daquilo que vos Deus der nos ditos cinco casaes e meio. E des este primeiro adeante dejdes a nos em cada hun ano o sobredito foro pela guisa que suso dito he. E vos devedes a aver madeira da dita nossa mata para fazerdes vossas casas no dito logo e para manterdes vossa lavoura. E não na devedes por vos tomar se não pedir dela antre ao nosso mateiro como a averdes mester e el darvos aquela que cumprir e doutra guisa não. E se a por vos tomardes ou cortardes a dita madeira da dita mata ou em outra guisa dano fizerdes em ela por vos ou com vossos gaados que de cada hua vez que vos hy acharem ou souberem que o fez estes que paguedes a nos sessenta soldos por cada um de vos. E por cada hua cabeça de gaado cinco soldos. E se por ventura vos ou cada hun dos vossos sucessores que despos vos vierem quiserdes vender os ditos casaes em cada hun deles deve de lo antre fazer saber a nos. E se os nos quisermos avermolos tanto por tanto. E se os não quisermos vos não os devedes de vender a cavaleiro nem a dama nem a Ricome nem a nenhum outro poderoso mays venderdelos aa tal pessoa ou pessoas que fação a nos o dito foro em cada hun ano como dito he. E outro sy não devedes hy a criar filho de cavaleiros nem filha nem de Ricome nem doutro homem poderoso para que a dita nossa terra seia sueira. E não cumprindo vos e todos aqueles que despos vos vierem as ditas cousas ou cada hua delas ou não pagando a nos o dito foro como dito he devedes a nos apeytar vinte e cinco libras de pena e tolhermos a vos e as pessoas que despos vos vierem os ditos casaes e não vos poderdes porem chamar esbulhados nem forçados. E cumprindo vos as

ditas cousas a cada hua delas, e pagando a nos o dito foro como dito he e nos quisermos tolher a vos e aqueles que despos vós vierem os ditos casaes devemos a vos apeitar as ditas vinte e cinco libras e cada via a feito ser firme pela guisa que dito he. E nos Liaz Lourenço e João Gonçalves e Estevão Dominguez e Vaasco Domingues Madurga por nos e nossas mulheres e nossos filhos e por todos aqueles que despos nos vierem louvamos e outorgamos todalas cousas sobreditas e cada hua delas. E obrigamonos a cumprilas e guardalas em todo como dito he sob a dita pena. Em testemunho deste mandamos ende ser feitas duas cartas partidas por abc feitas forão em Coimbra na Crasta da See da dita cidade hu de custume os conygos fazerem o Cabido primo dia de fevereiro de Era de mil trezentos e oytenta e tres anos testemunhas que presentes forão Joham Vicente prebendeiro João Martins seu homem. Pedro paaes. Estevão perez Raçoeiros da dita See Lourenço Rodrigues de Mendes e outros. E eu Johan Vicente tabalião público Del Rey na dita Cidade de Coymbra que a todo isto presente fui por mandado e outorgamento e a rogo das ditas partes duas cartas ambas de hun theor partidas por abc e que este meu sinal fiz em testemunho da Verdade que tal he (sinal). E eu sobredito tabelião lavrei esta carta dantre tal e da Nota e do caminho vinte soldos.